

Junho 2025

idn

E-Briefing Papers

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o risco da escalada nuclear

José Pedro Teixeira Fernandes

Jorge Rodrigues

Os *E-Briefing Papers* do Instituto da Defesa Nacional visam proporcionar o acompanhamento de temas e debates atuais nos planos da segurança internacional e das políticas de defesa nacional, incluindo resultados da investigação promovida pelo Instituto da Defesa Nacional, sobretudo na sua vertente aplicada e de apoio à decisão política, bem como contributos de outros analistas e investigadores associados do Instituto.

As opiniões livremente expressas nas publicações do IDN vinculam apenas os seus autores, não podendo ser vistas como refletindo uma posição oficial do IDN ou do Ministério da Defesa Nacional de Portugal.

FICHA TÉCNICA

Diretora

Isabel Ferreira Nunes

Coordenação Científica

Isabel Ferreira Nunes

Editor

Luís Cunha

Centro Editorial

Filipa Teles e Paulo Pereira

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa, Portugal

Tel. + (351)211 544 700

Fax: + (351)211 548 24

Email: idn.publicacoes@defesa.pt

<http://www.idn.gov.pt>

ISSN: 2184-8246

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o risco da escalada nuclear

José Pedro Teixeira Fernandes

Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho, Professor Coordenador do ISCET, Investigador do IPRI-Universidade Nova de Lisboa e Investigador Associado do Instituto da Defesa Nacional.

Jorge Rodrigues

Investigador associado do IDN, Professor da FEP e da PBS e Mestre em Relações Internacionais.

Junho de 2025

Índice

1. Introdução: uma grande guerra voltou à Europa	5
2. O modelo de Friedrich Glasl sobre a escalada dos conflitos	6
3. O risco de uma escalada nuclear: análise segundo o modelo de Glasl	9
Conclusões	15
Bibliografia	16

1. Introdução: uma grande guerra voltou à Europa

A 24 de fevereiro de 2022, com o início da invasão da Ucrânia efetuada pela Rússia de Vladimir Putin, uma grande guerra voltou a ensombrar a Europa. Foi uma espécie de reatar da História dos anos 1989-1991, com um final alternativo da Guerra Fria (1945-1989). Sobrepos-se à pacífica queda do Muro de Berlim, em finais de 1989, e à dissolução da União Soviética, em finais de 1991, nos tempos de Mikhail Gorbatchov, o último presidente da União Soviética. Este, após quase meio século de Guerra Fria, permitiu esse final surpreendente e não violento. Mas, nos últimos quinze anos, uma Rússia belicosa voltara a ressurgir. Primeiro, na guerra Geórgia em 2008, depois com a anexação da Crimeia e a guerra no leste da Ucrânia, em 2014. Todavia, agora não estamos no mesmo grau de conflito militar do passado, no qual a Rússia, fundamentalmente, fazia uma guerra por procuração, através de milícias e grupos paramilitares, ou através de uma guerra híbrida, operando na zona cinzenta. Aquilo a que agora assistimos é um regresso aberto da guerra como um instrumento de política externa, tal como teorizou Carl von Clausewitz, no século XIX. Como afirmou Fernandes (2024), “Traz um enorme risco para a Europa e para o mundo do século XXI. O poder destrutivo dos equipamentos militares convencionais e das novas ciberarmas – e o poder ainda mais destrutivo das inúmeras armas nucleares – não se compara com o que existia na época de Clausewitz”. Uma longa era de paz fez esquecer que “o recurso à guerra para atingir objetivos de política externa poderia ressurgir mais à frente”. Fez ainda esquecer “a estratégia de dissuasão nuclear da Guerra Fria, conhecida por Mutual Assured Destruction (MAD), ou equilíbrio do terror”. A Rússia fez lembrar todo esse passado. “Ameaçou retaliar sobre quem interviesse, incluindo com meios nucleares, depois de iniciar a invasão da Ucrânia” (Fernandes, 2024, p. 30).

Mas a guerra já teve várias fases nas quais se afigurava que a vitória total de uma das partes poderia ocorrer rapidamente (Blitzkrieg). Primeiro, foi a Rússia a dar a ideia de que, após a invasão inicial, colocaria rapidamente a Ucrânia sob o seu domínio – seria esse o objetivo inicial. Em seguida, a surpreendente resistência da Ucrânia e a sua passagem à contraofensiva criou a expectativa, pelo menos no Ocidente, de que poderia repelir todas as forças russas do seu território, Crimeia incluída. Não foi assim que ocorreu. Em vez de uma vitória rápida, surgiu uma guerra de atrito que mostrou serem irrealistas os objetivos maximalistas dos beligerantes. Nenhum parece ter capacidades militares que superem claramente o adversário. A Ucrânia tem vantagem na qualidade, em geral superior, do material ocidental e no apoio político, económico e militar. A Rússia tem vantagem numérica, no número de soldados que pode mobilizar, e na produção em massa de equipamentos militares. O resultado, até agora, é fundamentalmente um impasse que prolonga a guerra. Neste contexto, os EUA, a par do Reino Unido e da França, autorizaram o uso de mísseis dentro de território da Rússia (Army Tactical Missile System – ATACMS) e Storm Shadow/Scalp. Em resposta, a Rússia usou, pela primeira vez, o seu novo míssil balístico – o Oreshnik (Doyle, Balmforth e

Zafra, 2024), com capacidade para transportar ogivas nucleares e com um alcance até 5.500 quilómetros – num ataque em Dnipro, na Ucrânia. Paralelamente, Vladimir Putin divulgou uma modificação da doutrina nuclear russa, baixando o patamar de conflito em que tais armas poderão ser usadas (Tass, 2024). Será que estamos a assistir a uma escalada do conflito que pode levar mesmo ao uso de armas nucleares?

2. O modelo de Friedrich Glasl sobre a escalada dos conflitos

A forma como um conflito pode escalar – ou seja, aumentar de intensidade até se tornar violento e destrutivo – é objeto de vários estudos, dentro e fora da área política e das relações internacionais. Não cabe aqui efetuar uma revisão da extensa literatura sobre os mesmos. O que aqui vai ser feito é, apenas, um limitado uso do modelo criado por Friedrich Glasl. A escolha deve-se ao facto de ser um modelo abrangente e sofisticado sobre a forma como os conflitos se formam e como podem escalar, passando de disputas limitadas para conflitos totais, nos quais as partes podem deixar-se arrastar para o abismo. Glasl é um académico austríaco com uma longa carreira na área da prevenção e gestão de conflitos em organizações, cujo modelo é também aplicável numa dimensão internacional, aos conflitos entre Estados¹. Tem uma obra de referência nessa área, *Konfliktmanagement: Ein Handbuch für Führungskräfte, Beraterinnen und Berater* (Gestão de Conflitos. Um Manual para Gestores e Consultores, numa tradução livre do título para português), originalmente publicada em 1980, tendo a primeira edição diversas reedições e atualizações posteriores. Para apresentação do seu modelo – que na publicação original em língua alemã ocupa algumas dezenas de páginas – vai ser aqui usada de perto a síntese que foi efetuada em língua inglesa por Thomas Jordan (2000), a qual foi revista e aprovada pelo próprio autor, Friedrich Glasl.

Na referida obra, Glasl identificou nove fases de escalada de conflitos. Trata-se de fases ou etapas com os vários graus de um aumento ou intensificação de um conflito, enquanto este não é resolvido. De uma forma sintética, conforme Thomas (2000, pp. 1-9), o modelo pode ser apresentado da seguinte maneira:

- (i) Numa primeira fase, caracterizada por tensão ou endurecimento de posições, começam a surgir diferenças de opinião e de perspetiva, que se mostram inultrapassáveis. As partes tornam-se também mais fechadas nas suas posições. Além disso, “à medida que os esforços se revelam infrutíferos, as partes começam a duvidar que a contraparte queira sinceramente resolver os problemas”;
- (ii) Numa segunda fase, de endurecimento de posições, as partes em conflito passam a discutir as suas posições num tom de crescente confrontação verbal. Ao mesmo tempo, tendem

¹ Atualmente Friedrich Glasl é professor visitante da Universidade de Tbilissi, na Geórgia, e conselheiro do Governo da Arménia. Trigon (s.d.) “Friedrich Glasl”, Trigon Development Consultants. Disponível em: <https://www.trigon.at/en/consultant/friedrich-glasl/> (Acedido em: 27 de novembro de 2024).

“a fechar-se, cada vez mais, em pontos de vista inflexíveis”. O litígio deixa também de estar circunscrito a uma questão bem definida, pois as partes “começam a sentir que a sua posição geral está ameaçada”. Apesar de pontos de vista inflexíveis que colidem uns com os outros, não há uma rutura, pois “as partes ainda estão parcialmente empenhadas em objetivos e interesses comuns”

(iii) Numa terceira fase, patente em ações, não em palavras, o conflito aumenta de intensidade à medida que partes sentem que a discussão não conduz a quaisquer resultados concretos palpáveis. “O sentimento de bloqueio pela contraparte e as dependências que ligam uma à outra são sentidos como extremamente incómodas por ambas.” Esse sentimento é agravado por uma cada vez mais limitada possibilidade de comunicação genuína. Neste contexto, o objetivo mais importante passa a ser o de “impedir que a contraparte atinja o seu objetivo”, fazendo prevalecer “os seus próprios interesses” no conflito (Thomas, 2000, pp. 3-4).

(iv) Numa quarta fase, marcada por imagens e coligações, “a defesa da reputação” torna-se uma das principais preocupações. A disputa já não é sobre “questões concretas” passando a ser sobre “a vitória ou derrota”. Cada um dos lados em conflito passa a ver o outro através de imagens pela negativa. Começam a ser atribuídas “características coletivas tanto aos membros da outra parte, como aos membros do grupo”. Assim, os indivíduos são rotulados como “tendo características (como a falta de fiabilidade, a incompetência, a prepotência, etc.) apenas pelo facto de pertencerem a um grupo específico.” Instala-se, crescentemente, uma mentalidade conflitual aguda do tipo “nós contra eles”. As partes procuram ainda obter apoios externos “para melhorar a sua imagem” e levam os conflitos para o espaço público a fim de arregimentarem apoiantes para a sua causa.

(v) Na quinta fase (perder a face) o conflito começa a tornar-se particularmente dramático. Alguém considerado respeitável vê ameaçado o respetivo status de pertença a uma determinada comunidade, ou seja, a sua imagem pública é seriamente afetada pelo conflito. “Toda a história do conflito é agora reinterpretada”, passando, cada lado, a ver o outro como tendo usado uma “estratégia consequente e imoral desde o início.” Aumenta, assim, drasticamente, a intensidade do conflito, devido a crescentes “expectativas negativas e desconfiança”. O resultado é que os “movimentos aparentemente construtivos da contraparte são descartados como enganos”. Simultaneamente, um único e isolado “incidente negativo é uma prova conclusiva da verdadeira natureza do outro. Tudo isto conduz a uma situação em que é extremamente difícil criar confiança mútua.” (Thomas, 2000, p. 6).

(vi) Na sexta fase, marcada por estratégias de ameaças, as partes em conflito começam, crescentemente, a usar ameaças mais ou menos agressivas, ou mesmo a efetuar ultimatoss. Nesta fase da escalada, “fazem ameaças mútuas para mostrar que não vão recuar”. No que se prende com a parte ameaçadora, os seus objetivos são fundamentalmente os seguintes: “(a) chamar a atenção para si e para as suas exigências; (b) demonstrar autonomia e capacidade de definir a agenda; (c) fazer com que a contraparte se conforme com uma exigência ou norma específica através de uma ameaça de sanções.” A estratégia de ameaça passa por incutir a ideia de que a ameaça é não só real como séria. Para reforçar a credibilidade da

ameaça, uma das partes pode “comprometer-se publicamente a executar as ameaças se a outra parte não ceder. As declarações públicas ou pequenas doses de atos agressivos podem ser utilizadas para reforçar a credibilidade de uma ameaça.” Quanto à outra parte, “considera este facto como uma prova das intenções e capacidades agressivas da contraparte, e procura contramedidas.” Aqui há o risco de as “ações agressivas incontrolláveis”, associadas a uma “complexidade crescente”, conduzirem à desintegração das partes em unidades mais pequenas, que atuam de forma autónoma” (Thomas, 2000, p. 7).

(vii) Numa sétima fase, caracterizada por golpes destrutivos limitados, o sentimento básico de segurança das partes desapareceu já, devido à agudização do conflito. “A garantia da própria sobrevivência torna-se uma preocupação essencial.” Deixou de existir uma verdadeira comunicação e o inimigo foi desumanizado e é “visto como um impedimento que deve ser eliminado através de ataques direcionados”. Os termos “eliminar e exterminar” tendem a fazer parte das discussões e da retórica belicosa sobre as ações a empreender. O intuito é atingir uma superioridade que “permita bloquear a contraparte numa perspectiva de longo prazo”. Se, nas fases anteriores, as lacunas das normas éticas eram já exploradas e instrumentalizadas, agora as normas éticas são simplesmente afastadas, se forem incómodas. A situação é de guerra, pelo que “as regras normais não se aplicam”. O conflito transformou-se numa luta do tipo “perde-perde”, no qual “sobreviver e ter menos danos do que a contraparte” são as metas fundamentais (p. 8-9).

(viii) Numa oitava fase, que busca a fragmentação do inimigo, os ataques mútuos intensificam-se e têm como objetivo último “destruir os sistemas vitais e a base de poder do adversário” (p. 9). A estes ataques está normalmente associado o intuito específico de fragmentar o adversário e a sua capacidade de tomar decisões, provocando divisões e fraturas internas e/ou enfraquecendo gravemente os seus recursos. O objetivo passou de infligir uma simples derrota ao adversário para provocar o seu colapso ou destruição total.

(ix) Por último, a nona fase, que se poderia designar de “juntos para o abismo”, é a mais catastrófica e quase apocalíptica. Nela, o “impulso para aniquilar o inimigo é tão forte que até o instinto de autopreservação é negligenciado. Nem sequer a própria sobrevivência conta, pois o inimigo deve ser exterminado, mesmo que o preço da destruição” ponha em causa os próprios. Em termos dramáticos, todas as pontes são “queimadas, não há retorno”. É uma “guerra total de destruição sem escrúpulos e remorsos. Não há vítimas inocentes”, nem ninguém é neutro. “A única preocupação que resta na corrida em direção ao abismo é garantir e certificar-se de que o inimigo também cairá” (p. 10). Quer dizer, ambas as partes do conflito estão envolvidas numa luta existencial e dispostas a tudo sacrificar no processo, incluindo o seu próprio bem-estar, para derrotar o adversário, mesmo que à custa também da sua autodestruição.

3. O risco de uma escalada nuclear: análise segundo o modelo de Glasl

Apesar de a guerra na Ucrânia ter sido até agora um conflito convencional, torna-se evidente que nos encontramos perante uma perigosa crise nuclear. A Rússia tem o maior arsenal nuclear do mundo e, desde o início da guerra, apostou numa narrativa de ameaças nucleares e de ações sinalizadoras, no sentido de trazer ambiguidade e incerteza, e, desta forma, condicionar o Ocidente e procurar limitar a assistência militar ao esforço de guerra ucraniano. Essa retórica, que visa, em especial, atingir a sociedade ocidental - que Putin considera o seu ponto fraco -, apresentou algum sucesso, nomeadamente pelo retardamento do fornecimento de material e, quando entregue, a limitação operacional do seu emprego. Embora a Rússia use a retórica nuclear politicamente, há um risco constante de que possa haver um uso efetivo de uma arma nuclear na Ucrânia. Mesmo antes de iniciar a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, e no âmbito de uma estratégia de retórica ofensiva, a Rússia manifestou que o emprego de armamento nuclear constitui uma opção válida, quando se encontram em causa interesses vitais do país. Essas ameaças foram então interpretadas como um prenúncio da operação militar que se seguiria e da forma como Moscovo iria atuar face a uma eventual reação do Ocidente. Para reforçar a sua posição com ações práticas, a Defesa russa elevou o nível de alerta do seu sistema militar nuclear. Mas essa carta nuclear continuou a ser jogada em vários momentos ao longo do conflito, pela voz de Sergei Lavrov, de Medvedev ou do próprio Vladimir Putin, o qual foi lançando ameaças nucleares em caso de intervenção da NATO. Paralelamente, a Rússia acompanhou estes avisos com ações efetivas: deslocamento de armamento nuclear para fora do seu território, nomeadamente para a Bielorrússia; efetivação de testes de prontidão nuclear; retirada da Rússia de tratados internacionais que controlam o número de ogivas nucleares. Mais recentemente, chegou ao patamar de alterar a sua doutrina sobre a utilização de armamento nuclear, flexibilizando os casos que justificam o seu emprego.

Todas estas ações assumidas pelo país com maior arsenal nuclear, em período de conflito direto, causam, naturalmente, bastante preocupação. Sem qualquer dúvida, verifica-se uma evolução na narrativa e no posicionamento russos relativamente ao tema nuclear, mas estaremos mesmo ao nível do período de Guerra Fria no risco do seu emprego?

A sequência nuclear promovida pela Federação Russa começou, como referido anteriormente, ainda antes da invasão se concretizar. Em 2020, o Kremlin emitiu um documento intitulado "Sobre os Princípios Básicos da Política de Estado da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear" (Woolf, 2022). Às circunstâncias para o emprego de armamento nuclear russo constantes da versão de 2010, o documento emitido em 2020 acrescentou mais duas circunstâncias: i) a receção de "dados fiáveis sobre um lançamento de mísseis balísticos sobre o território da Federação Russa e/ou dos seus aliados"; ii) ou um ataque (mesmo que com armas convencionais) contra "instalações ou meios governamentais ou militares críticos,

que pudessem prejudicar as ações de resposta da capacidade nuclear". Esta evolução, sempre envolvida na crise ucraniana de 2014 não resolvida, colocou um patamar mais elevado na competição nuclear.

Esse novo patamar foi o ponto de partida de 24 de fevereiro de 2022, por ocasião da invasão da Ucrânia. A primeira referência nuclear direta terá sido o aviso, por parte de Vladimir Putin, de reação imediata a qualquer interferência externa na Ucrânia, com consequências que nunca haviam sido vistas na História. Três dias mais tarde, em resposta a novas sanções económicas e ao que considerou ser retórica agressiva ocidental, o presidente Putin ordenou que as forças nucleares da Rússia entrassem em estado de alerta máximo (Tsvetkova, 2022). Depois, a 20 de abril, a Rússia realizou o seu primeiro lançamento de teste do RS-28 Sarmat, um novo míssil balístico intercontinental de longo alcance (ICBM), embora tendo notificado os EUA, em linha com o tratado New Start.

Com a evolução do conflito, a narrativa russa foi sendo repetida de uma forma cada vez mais explícita, como a 24 de abril, quando Sergey Lavrov afirmou que um maior apoio à Ucrânia causaria tensões que poderiam levar a um cenário de Terceira Guerra Mundial, envolvendo todo o arsenal de armas da Rússia. De forma mais direta ainda, a 12 de maio, Medvedev assinalou o risco de uma guerra nuclear aberta, em caso de continuação de apoio ocidental à Ucrânia. Por fim, a 21 de setembro, Putin avisou que a Rússia "usará todos os meios à nossa disposição" – amplamente interpretados como uma ameaça ao uso de armas nucleares – para defender o território do país.

Em fevereiro de 2023, a Rússia assumiu uma posição efetiva para além da retórica, retirando-se do Tratado New Start, que mantinha com os EUA, situação que reforçou com a retirada, no mês de outubro seguinte, do Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT). Paralelamente, assumiu a possibilidade de novos testes e a deslocalização e projeção de ogivas e vetores nucleares, o que viria a concretizar em março, com o posicionamento desse tipo de armamento na Bielorrússia.

Vladimir Putin procurou assinalar o segundo aniversário da invasão com uma escalada retórica, mencionando que as forças nucleares estratégicas se encontravam em alerta de combate máximo, prontas para serem utilizadas, assumindo a superioridade nuclear global. Essa linha de comunicação prosseguiu, tendo em maio anunciado a condução de exercícios de prontidão nuclear tático, deixando a mensagem evidente da possibilidade de emprego de armamento nuclear não estratégico no teatro de operação da Ucrânia. A 20 de setembro, num ensaio falhado, concretizou-se um teste de emprego do ICBM RS 28 – Sarmat. Imediatamente a seguir, Putin ressaltou que poderia reagir com armamento nuclear, caso a Rússia fosse atacada, ameaçando diretamente os países que estariam a apoiar a Ucrânia.

A escalada prosseguiu com a revisão da doutrina nuclear russa, flexibilizando o seu emprego, em resposta a ataques convencionais de um Estado não nuclear, apoiado por uma potência nuclear. Para fazer uma ligação de retórica, foi promovida a sua assinatura, no dia em que os EUA aprovaram o emprego de armamento de longo alcance por parte das forças ucranianas. Essa resposta aos EUA foi ainda reforçada pelo “teste em ambiente de combate”

do míssil balístico hipersónico Oreshnik, derivado de um ICBM – o míssil RS-26 Rubezh, empregue a 21 de novembro de 2024. Este míssil é capaz de transportar ogivas nucleares – apesar do ataque ter sido com ogivas convencionais –, sendo o referido teste uma sinalização dessa capacidade.

Depois de quase três anos, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia encontra-se numa fase com combates intensos e multidimensionais, com armamento convencional, que, não obstante, conduz a um sentimento de segurança mínimo. A recente intensificação do conflito, especialmente sentida após as eleições norte-americanas, tem como objetivos principais neutralizar a capacidade militar do oponente, retirar-lhe a vontade de combater e assegurar ganhos territoriais. A preocupação de segurança torna-se prioritária. Procura-se uma demonstração de capacidade para, entre outros objetivos, assegurar uma posição negocial eventualmente forte.

A análise do conflito segundo o modelo de escalada de Friedrich Glasl (Glasl, 1997), anteriormente apresentado, pode ser aplicado ao contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia para analisar os riscos de uma escalada nuclear. Este modelo, originalmente desenvolvido para descrever como os conflitos tendem a evoluir e a alcançar diferentes níveis de intensidade, como referido, descreve a escalada de um conflito em nove fases, divididas em três grandes etapas: "tensão", "crise" e "destruição". Assim, em linha com o conteúdo do capítulo anterior, vamos analisar especificamente o nível de risco de escalada nuclear, de acordo com as fases levantadas por Glasl.

Fase 1: “Tensão” – Nesta fase o risco nuclear é muito baixo. O diálogo diplomático predomina e as negociações são a principal ferramenta de resolução.

Fase 2: “Endurecimento de Posições” – Aumenta a tensão, a confrontação verbal e a polarização, mas o risco nuclear é ainda baixo.

Fase 3: “Ações” – O risco nuclear passa a moderado, visto que ambos os lados percebem que os interesses fundamentais estão em jogo e há mais ameaças militares. O risco de ações militares diretas, incluindo o uso limitado de armamento nuclear, começa a tornar-se mais evidente, especialmente se houver uma sensação de insegurança estratégica. Um ataque pode ser iminente, mas ainda existem opções de negociação.

Fase 4: “Imagens e Coligações” – Iniciam-se as hostilidades, embora ainda limitadas, com desenvolvimento de preparativos para um conflito mais alargado. A ameaça nuclear sobe rapidamente para o nível moderado a alto. O uso de armas convencionais pode ser precedido por ameaças nucleares, demonstrações de força nuclear ou posicionamento de armas nucleares.

Fase 5: “Perder a Face” – O risco nuclear é agora alto. O uso de armas convencionais pode envolver uma escalada nuclear, especialmente se houver um impasse militar significativo ou um ataque a alvos estratégicos importantes, como sistemas de defesa nuclear.

Fase 6: “Estratégias de Ameaça” – Nesta fase, o conflito pode levar a um colapso irreparável. Assim, o risco nuclear passa a muito alto. Se o conflito chegar a um ponto de destruição

ção mútua, o uso de armas nucleares pode ser visto como uma forma de "último recurso" ou como uma tentativa de aniquilar o inimigo, particularmente se os lados se sentirem pressionados a "destruir" a contraparte para evitar a sua própria derrota.

Fase 7: "Golpes Destrutivos Limitados" – As partes envolvidas procuram destruir completamente o inimigo, com uma escalada de violência. O risco nuclear é extremamente alto. O uso de armas nucleares táticas ou estratégicas torna-se mais provável, especialmente em caso de guerra total, estando em causa a sobrevivência do próprio Estado.

Fase 8: "Fragmentação do Inimigo" – O risco nuclear encontra-se agora no nível máximo. O uso de armas nucleares pode ser tão generalizado que o conflito se transforma numa guerra nuclear total, resultando numa destruição catastrófica para ambos os lados e, possivelmente, para o mundo.

Fase 9: "Juntos para o Abismo" – A destruição torna-se tão elevada que uma das partes se submete totalmente ou sofre um colapso total. O conflito acaba, mas com um custo irreparável. O risco nuclear é, naturalmente, máximo. O resultado seria uma destruição total, com as armas nucleares sendo utilizadas até ao limite final.

No caso do conflito atual entre a Rússia e a Ucrânia, o risco de escalada nuclear é uma preocupação real, especialmente devido à retórica agressiva e à ameaça de emprego de armas nucleares por parte da Rússia. Embora a probabilidade de uma guerra nuclear total, com as características da fase 8 ou 9 do modelo de análise de Glasl (Galsl, 1997), ainda seja baixa, as ameaças nucleares e o uso de armas nucleares táticas, para fins de dissuasão ou numa situação de impasse, podem aumentar à medida que o conflito se arrasta.

O patamar crítico será entre as fases 5 e 6, nas quais a pressão militar se torna insustentável, e o uso de armas nucleares táticas pode ser considerado um meio de finalizar a guerra ou uma tentativa de garantir um "final aceitável" para o regime russo. Isso representa um ponto de rutura, no qual a escalada nuclear se tornaria uma possibilidade real.

Sendo uma análise complexa, dado que a evolução na possibilidade de emprego de armamento nuclear segue a evolução do conflito no terreno, torna-se evidente que ambos os lados já perceberam que os interesses fundamentais estão em jogo e há uma sensação de insegurança estratégica. Como exposto anteriormente, já decorreram várias ameaças nucleares, demonstrações de força ou posicionamento de armas nucleares. Por esse facto, encontramos no limiar do patamar crítico, na fase 5: "Perder a Face". As designadas linhas vermelhas já foram sendo ultrapassadas, nomeadamente através do ataque direto a território da Rússia, por unidades militares com armamento convencional e através de drones e mísseis de longo alcance. Recordamos, a este propósito, que não sendo possuidora de armamento nuclear, a Ucrânia poderá eventualmente vir ser defendida pelos países NATO, em caso de conflito nessa dimensão. Mas o emprego deste vetor é sempre analisado numa perspetiva de "destruição mútua assegurada", o que remete para uma dimensão de dissuasão, mais do que no seu emprego efetivo.

Apesar da política de comunicação desenvolvida pelo Kremlin, em que salienta a eventualidade de um confronto direto entre potências nucleares, a verdade é que Putin ainda não considerou estar perante uma ameaça existencial à Rússia, que não existe o risco de perder a guerra e que ainda não houve um ataque a alvos estratégicos importantes, como sistemas de defesa nuclear. Por esse facto, mantém a retórica de ameaça do emprego da arma nuclear, tendo feito uma atualização da doutrina de emprego. Desenvolveu igualmente testes de alerta e prontidão e já reposicionou os seus sistemas. Todavia, ainda não houve ações concretas que indiciem o seu emprego iminente, como “último recurso”. Mesmo a revisão doutrínaria de 2024, apesar de prever o emprego de armamento nuclear, em resposta a ataques convencionais em certas circunstâncias, não defende o first use num cenário nuclear.

Naturalmente, a preocupação consiste no que poderá no futuro agravar perigosamente esta situação. Há fatores potenciadores evidentes, como a alteração da situação no terreno, o ataque por parte das forças ucranianas a alvos estrategicamente sensíveis ou a entrada de forças internacionais no conflito.

Começando por esta última, a entrada de forças militares da Coreia do Norte veio apresentar a internacionalização do conflito. Tendo a Coreia do Norte desde cedo apoiado o esforço de guerra russo com armamento convencional, este país asiático alargou a sua participação no conflito em outubro de 2024, com o envio de unidades militares de combate, não com unidades de apoio e logística, o que seria menos perigoso. Estas unidades militares de combate inclusivamente já entraram em confronto direto com forças ucranianas com grande número de baixas. A participação no conflito por parte da Coreia do Norte, para além de ser um primeiro passo de internacionalização do conflito russo-ucraniano, já de si revestida do perigo de escalada horizontal, acaba por ser perigosa devido a duas outras enquadranças: o “transporte do conflito” para a região da Ásia-Pacífico e o facto de a Coreia do Norte ser também possuidora de armamento nuclear. Neste contexto, Pyongyang retirou-se do Tratado de Não Proliferação (TNP) em 2003, ou seja, muito antes deste conflito, pelo que desenvolve o seu programa nuclear sem as restrições impostas pelo tratado internacional. A Ucrânia encontra-se, assim, numa situação de dupla ameaça nuclear, vinda da Federação Russa, por um lado, e da Coreia do Norte, por outro. Indiretamente, os países que atualmente apoiam o esforço de combate ucraniano acabam também eles por ter de considerar esta perigosa envolvente.

Já no que se prende com o ataque ucraniano a objetivos estrategicamente sensíveis, a doutrina de emprego nuclear russa, nas versões de 2000 e na sua revisão de 2024, assinala linhas vermelhas. Por esse facto sempre existiu muita cautela internacional no fornecimento de armamento com essa capacidade às forças ucranianas. Por exemplo, os países ocidentais restringiram a disponibilização de mísseis de longo alcance, exatamente para evitar a capacidade de atingir esse tipo de alvos, mais situados no interior do território russo. O seu fornecimento, em data mais recente, veio envolvido em CAVEATS que asseguram limitações de emprego, o que acautela esse risco.

O emprego de forças da NATO, ou relativo a países membros da aliança isoladamente, transportaria o conflito para um novo patamar de risco. Se essas forças fossem destinadas a missões de combate direto, a situação atingiria níveis de risco realmente muito elevados. Não se vislumbra, contudo, a intenção de serem empregues unidades militares da NATO neste contexto.

Identificando os cenários possíveis para o futuro do conflito, podemos equacionar os seguintes: i) cessação das hostilidades, mesmo que ainda não seja através de um acordo de paz, mas assegurando que se não verifique uma escalada das hostilidades; ii) continuação do conflito, com ganhos territoriais por parte da Rússia; iii) continuação do conflito, mas com recuperação da iniciativa por parte da Ucrânia.

Na análise deste terceiro cenário, há riscos muito elevados de evolução na escala levantada por Friedrich Glasl (1997). Uma Rússia sob pressão militar mais facilmente considerará a utilização efetiva de armamento nuclear. Aliás, chegou a ser o caso durante a contraofensiva ucraniana de 2023, em que, pelas ações de reposicionamento de meios nucleares táticos e o aumento do grau de prontidão, a CIA considerou a possibilidade do seu emprego numa ordem de 50%.

Mas não é irrealista que o Kremlin considere igualmente o seu emprego em caso de ganhos no teatro de operações. Imagine-se o cenário de vitória, mas não definitiva. Nesse enquadramento, para assegurar o desmantelamento das bolsas de resistência e no sentido de acelerar a capitulação, o emprego de ADM poderá ser equacionado, em linha com a referência histórica de Hiroxima e Nagasáqui, no final da 2.ª Guerra Mundial. Ao longo do conflito foi por diversas vezes sinalizado que o emprego de armas nucleares táticas poderia ser uma modalidade de ação a considerar. Todavia, o emprego de uma só ogiva nuclear permitiria um ganho operacional muito limitado e poderia gerar o efeito boomerang, pelas eventuais consequências da radioatividade sobre as próprias forças e pelo efeito moral mobilizador de resistência nas forças adversárias. As vantagens deste emprego de armamento nuclear não serão definitivas, pelo que, considerando os riscos elevados inerentes, não se identifica como sendo uma modalidade com elevada probabilidade de concretização.

Fica claro que, apesar de partirmos de um patamar de risco elevado, a probabilidade de emprego de armamento nuclear na Guerra na Ucrânia acaba por também ser limitada pelo contexto internacional. Há vários atores que se manifestam com o objetivo de evitar a escalada nuclear. A China, talvez o mais relevante neste contexto, dada a proximidade conjuntural com a Federação Russa, tem feito reiterados avisos, no sentido de não ser usado armamento nuclear no conflito. (McCartney, 2024)

Conclusões

Desde o início da guerra na Ucrânia, Putin ameaça com o emprego de armamento nuclear, aumentando o nível de alerta operacional dos sistemas, tendo culminado este na flexibilização do limiar de emprego doutrinal de armamento nuclear. Embora não existam evidências de que se tenha aproximado da decisão de emprego de armamento nuclear, Putin manipulou a narrativa, de forma a dissuadir o fornecimento de armas à Ucrânia por parte dos países membros da NATO. Apesar de evidentes cuidados, os Estados Unidos e os seus aliados ocidentais acabaram por fornecer à Ucrânia equipamentos cada vez mais sofisticados. O contexto é relevante, e os países ocidentais levaram as ameaças mais a sério durante o período da contraofensiva ucraniana de 2023, período em que limitaram o seu apoio, o que se revelou decisivo na incapacidade de Kiev manter a iniciativa.

De acordo com a fase 5 do modelo de escalada formulado por Glasl, adaptado a este contexto, existe risco elevado de emprego de armamento nuclear no conflito, o qual muito rapidamente poderá evoluir para outras fases, em caso de alteração das condições no teatro de operações ou no contexto internacional. A evidência das ações contraria a narrativa dos dirigentes do Kremlin, mas o *bluff* pode não ser permanente e, no contexto do que a Teoria dos Jogos define como “Chicken Game”, não se afigura boa opção pressionar demasiado um ator com capacidade nuclear, a ponto de ele considerar que nada tem a perder. Apesar de doutrinariamente não admitir o *first use*, há áreas estrategicamente vitais que poderão espoliar esse emprego.

É, pois, neste contexto de crise agravada, e na ausência de um efetivo e reconhecido regulador internacional, que será essencial manter pontes de comunicação diretas entre os grandes atores internacionais, para evitar a progressiva escalada até ao abismo, a nona e derradeira fase do modelo de análise de Glasl.

Bibliografia

- Allwood, J. e Ahlsén, E., 2015. “On stages of conflict escalation”, in D’Errico, F. et al. (eds.) *Conflito e Comunicação Multimodal. Ciências Sociais Computacionais*. Suíça: Springer International Publishing. Disponível em: <https://gup.ub.gu.se/file/207244> (Acedido em: 24 de novembro de 2024).
- Budjeryn, M., 2024. “Why Russia is more likely to go nuclear in Ukraine if it’s winning”, *Bolletín of the Atomic Scientists*, 2 de outubro. Disponível em: <https://thebulletin.org/2024/10/why-russia-is-more-likely-to-go-nuclear-in-ukraine-if-its-winning/> (Acedido em: 24 de novembro de 2024).
- Fernandes, J.P.T., 2024. *O fim da paz perpétua: geopolítica de um mundo em metamorfose*. Lisboa: Ziggurat.
- Doyle, G. Balmforth, T. e Zafra, M., 2024. “Inside Russia’s new missile, «Oresnik»”, *Reuters*, 28 de novembro. Disponível em <https://www.reuters.com/graphics/UKRAINE-CRISIS/RUSSIA-MISSILE/gdpzknajgvw/> (Acedido em: 28 de novembro de 2024).
- Glasl, F., 1997. *Konfliktmanagement: Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater*. 5.ª edição. Berna: Haupt Verlag.
- Glasl, F., 2022. *Konfliktdynamik und Friedenschancen in der Ukraine (Dinâmica do conflito e possibilidades de paz na Ucrânia)* [vídeo do YouTube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qOXmlyY4LAc> (Acedido em: 27 de novembro de 2024).
- Jordan, T., 2000. “Glasl’s Nine-Stage Model of Conflict Escalation” [PDF], Centro de Direito da Universidade de Houston. Disponível em: <https://www.law.uh.edu/blakely/advocacy-survey/Conflict%20Escalation%20Glasl.pdf> (Acedido em: 24 de novembro de 2024).
- McCartney, M., 2024. “China warns of nuclear war risk in Ukraine”, *Newsweek*, 29 de novembro. Disponível em: <https://www.newsweek.com/china-news-warning-nuclear-war-risk-ukraine-1993323> (Acedido em: 3 de janeiro de 2025).
- Parlamento do Reino Unido / Biblioteca da Câmara dos Comuns 2025. “Conflict in Ukraine: A timeline (current conflict, 2022 – presente)” 16 de abril. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9847/>
- Powell, M., 2024. “Israel-Iran and the nine stages of how conflicts can escalate and get out of control”, *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/israel-iran-and-the-nine-stages-of-how-conflicts-can-escalate-and-get-out-of-control-240566> (Acedido em: 24 de novembro de 2024).
- Tass – Russian News Agency 2024. “Potential adversaries, criteria for use: Russia’s revised nuclear doctrine”, Tass – Russian News Agency. Disponível em <https://tass.com/defense/1874521> (Acedido em: 28 de novembro de 2024).

- Trevithick, J., 2024. “Conventionally Armed ICBM Concept Highlighted By Unprecedented Russian Missile Attack on Ukraine”, The War Zone, 22 de novembro. Disponível em: <https://www.twz.com/land/conventionally-armed-icbm-concept-highlighted-by-unprecedented-russian-missile-attack-on-ukraine> (Acedido em: 24 de novembro de 2024).
- Tsvetkova, M., 2022. “War with Ukraine: Putin puts nuclear deterrence forces on alert; West squeezes Russian economy”, Reuters, 28 de fevereiro. Disponível em <https://www.reuters.com/world/india/war-with-ukraine-putin-puts-nuclear-deterrence-forces-alert-2022-02-27/> (Acedido em: 3 de janeiro de 2025).
- Woolf, A.F., 2022. Russia’s nuclear weapons: doctrine, forces, and modernization [PDF], Congressional Research Center, Federation of American Scientists. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/nuke/R45861.pdf> (Acedido em: 12 de janeiro de 2025).

Junho 2025